



INSTITUIÇÕES PARA O PENSAMENTO POLÍTICO

AS AÇÕES DAS FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS

ADAMI CAMPOS

ADAMI CAMPOS

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Osasco (UNIFIEO), Especialista em Ciência Política pela Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Mestrando em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), Professor de Política da Fundação João Mangabeira, Professor de Direito Eleitoral da Escola Paulista de Direito (EPD); Advogado e Consultor Jurídico em São Paulo.

INSTITUIÇÕES PARA O PENSAMENTO POLÍTICO

AS AÇÕES DAS FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS



Registro aqui os mais sinceros agradecimentos à equipe que trabalha no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, em razão de sua gentil atenção e de sua presteza ao nos atender para a realização do presente estudo.

*...quando os filósofos descem de sua “torre de marfim” ou os técnicos ultrapassam sua área de aplicação especializada para defender, ilustrar, promulgar idéias que têm valor cívico, social ou político, eles tornam-se intelectuais.*¹

Edgar Morin

¹ MORIN, Edgar. *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 232.

INTRODUÇÃO8

PARTE I - OS INTELLECTUAIS E O PODER9

1. PARA UMA REFLEXÃO SOBRE OS DIÁLOGOS ENTRE O SABER E O PODER..... 9

2. QUEM SÃO OS INTELLECTUAIS? 11

3. EXISTE UMA AUTONOMIA INTELLECTUAL? 13

4. QUAL A IMPORTÂNCIA DO INTELLECTUAL PARA OS DIAS DE HOJE?..... 15

PARTE II - O CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO – CEBRAP: DIÁLOGOS ENTRE O SABER E O PODER.....18

5. CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... 18

6. QUEM É O CEBRAP?..... 20

7. O NASCIMENTO DE UM GRUPO DE ESTUDIOSOS..... 22

8. A CRIAÇÃO E A VIDA DO CEBRAP 22

PARTE III - UMA INSTITUIÇÃO CONSTRUTORA DO PENSAMENTO POLÍTICO: A FUNDAÇÃO PARTIDÁRIA ...30

9. UMA DEMOCRACIA SEM CIDADÃOS: O CASO ALEMÃO 31

10. O BRASIL E OS SEUS CONTRASTES 32

11. A INSTITUIÇÃO PARA O PENSAMENTO POLÍTICO..... 33

12. AS FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS BRASILEIRAS..... 36

13. AS FUNDAÇÕES COMO ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS ESSENCIAIS.. 37

CONCLUSÃO43

BIBLIOGRAFIA44

INTRODUÇÃO

A sociedade em rede permanece na modernidade líquida. A instabilidade do tempo hodierno faz com que as pessoas se questionem e assim busquem respostas para as suas aflições e angústias. As atrocidades da sociedade desigual ganham força e dessa maneira os resultados desastrosos aparecem. Diante da falta de enfrentamento dos principais problemas que afligem a sociedade brasileira, o descrédito sobre a política ganha corpo. Entretanto, sabemos que o melhor a se fazer é nos alinharmos em defesa da política.

Neste compasso, sabe-se que o maior instrumento para combater os problemas que nos afligem é o conhecimento. Com isso, uma das premissas da presente reflexão é a formação de líderes políticos com conhecimento.

Assim, o presente estudo tem a finalidade de inter-relacionar os temas dos intelectuais com os das fundações partidárias perpassando por um recorte histórico capaz de expor elementos para uma formação política qualitativa. Isto significa que analisaremos a trajetória do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), instituto de pesquisa com reconhecido trabalho na produção de conhecimento, que no decorrer de sua história passou a exercer forte participação política, chegando ao ponto de na década de 1980 ser considerada uma escola de governo. Tal análise almeja colher informes da trajetória deste Centro de pesquisas que possa fornecer elementos para a formação de



quadros. Noutras palavras, seria o CEBRAP uma referência na formação de quadros políticos para as fundações partidárias, órgãos responsáveis pela qualificação de seus quadros?

Isto posto, nos debruçamos sobre a temática do intelectual, base de toda a reflexão de formação política. Todavia, a concepção de intelectual adotada nesta análise é a de Antonio Gramsci que assevera tal figura como aquele que detém conhecimento e forte participação social nos problemas da convivência coletiva humana.

A seguir buscamos na história brasileira a experiência de um lugar construtor de conhecimento com que possui reconhecido valor e que de forma atípica começa a ter uma forte influência nas atividades políticas nos períodos do Regime Militar e da abertura política.

Na terceira parte discorreremos sobre a natureza jurídica das fundações partidárias e buscamos assimilar de que forma ela pode se tornar um berço de intelectuais alinhados com o exercício do poder político em prol do bem comum.

Com essas considerações iniciais, busca-se a reflexão sobre uma das principais temáticas dos dias de hoje no cenário político, qual seja, a figura do líder e a sua formação.

PARTE I - OS INTELECTUAIS E O PODER

1. PARA UMA REFLEXÃO SOBRE OS DIÁLOGOS ENTRE O SABER E O PODER

Levanta-se de início o propósito de refletir sobre o papel do intelectual no mundo contemporâneo, e notadamente, no mundo da política, tendo-se como premissa as propostas de Gramsci. Esse viés é suscitado em virtude de o intelectual, na concepção gramsciniana, ser uma das principais “engrenagens” do pensamento e da ação política. Assim, vislumbra-se, neste ponto, analisar quem são os intelectuais e quais são seus papéis dentro da sociedade e da política.

Segundo Engels a ideologia é uma forma de pensar especial, uma “falsa consciência” em que os motivos determinantes (quais sejam, os de ordem econômica) permanecem inconscientes. A leitura mecânica desta ideia faz com que cada classe pense como a sua classe, ou seja, um burguês pensa como burguês, um nobre como um nobre e assim por diante.

Por outro lado, o intelectual, estar-se-ia imune a tais influxos. O intelectual gozaria de uma consciência verdadeira e não se sentiria inconscientemente manobrado pelos interesses econômicos. Foi preciso que Lênin, analisando a questão ideológica e da consciência e formulando a



noção de “ideologia proletária”, desse vigor à discussão sobre esses pontos. A verdade dos burgueses, respaldada pelos intelectuais, se contrapõe à verdade dos operários. Os intelectuais que agem desta forma promovem uma filosofia que tem por finalidade dissimular as mazelas da época e fundamentalmente a separação entre seus poderes e o limite real da sua “realização”. Dissimulam cinicamente a dominação burguesa em seus pontos fulcrais. Cumprem o pobre mister de

fazer aceitar uma ordem malévola e, ainda pior, fornecendo-lhe justificativas. Trabalham para afirmar e propagar as verdades parciais engendradas pela burguesia e úteis ao seu “poder”.

Diante destas breves considerações chega-se a ideia da importância dos intelectuais nas atividades políticas, uma por serem responsáveis pela reflexão, assimilação e sistematização dos conhecimentos atinentes a mais nobre atividade social humana, e outra por terem a responsabilidade de transmitir o conhecimento produzido para ao fim auxiliar na busca da sociedade mais justa e igualitária.

2. QUEM SÃO OS INTELECTUAIS?

A palavra intelectual é uma derivação da palavra *jntelligencia* proveniente do latim do século XV, cujo sentido é o da “faculdade de compreender, rapidez de apreensão mental, sagacidade, entendimento” ². “Afora alguns precedentes incertos, o adjetivo latino teve sua primeira forma de substantivação na metade do século XIX, na língua russa, com o termo *intelligensija*, criado pelo romancista P. D. Boborykin e quase contemporaneamente retomado e difundido por I. S. Turgeneev. Traduzido para as principais línguas européias, este termo indicou, inicialmente, um grupo particular, típico da Rússia czarista e de alguns países eslavos; mas logo se generalizou para designar a classe culta, a categoria das pessoas que têm, em todas as sociedades, uma instrução superior” ³.

² CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 440.

³ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12ª edição. Brasília: UNB, 2004, Volume 1, p. 637.

Como premissa conceitual deste trabalho, acolhe-se a ideia de Gramsci que assevera que ser intelectual não quer dizer ter uma formação acadêmica específica, mas possuir uma ação social, uma espécie de agente capaz de fazer a ligação entre superestrutura e infra-estrutura, independente de sua escolaridade específica, mas relacionada diretamente com a “posição” que ocupa nas relações materiais/sociais de uma determinada produção social. Seu pensamento desmistifica que o intelectual, por motivos quaisquer que sejam, seja o único capaz de “saber”. Diz o escritor italiano: “É preciso destruir o julgamento de que a filosofia é algo sumamente difícil por ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar que todos os homens são filósofos, e definir os limites e as características desta filosofia espontânea própria de todos, isto é, a filosofia que nela está contida”⁴.

Segundo essa concepção, todos os homens são filósofos, haja vista o fato do pensar ser próprio do homem como tal. O que distingue um grupo do outro (intelectual e o não intelectual) não é a forma de conhecimento em si mesmo, mas um tipo de logicidade do pensamento, a coerência sistemática, a possibilidade de usar a própria história do pensamento, o seu sentido e também o seu desenvolvimento nas ações e tentativas de explicações do mundo.

Para Gramsci, a estrutura e a superestrutura formam um “bloco histórico”, isto é, um conjunto complexo e contraditório, onde a superestrutura é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. No

⁴ GRAMSCI, Antonio. *Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 15.

entanto, é válido observar que a relação entre superestrutura e infra-estrutura não se dá abstratamente, ela acontece de maneira concreta, histórica e essa ligação teria de ser feita organicamente, necessariamente, e ao intelectual caberia mais essa função (além da que lhe cabe na classe social), a de realizar a vinculação dentro do bloco histórico.

Deste modo, atribuí-se ao intelectual a responsabilidade de fazer a “ligação” entre as partes da sociedade e, com isso, explicar e agir dentro da realidade para uma melhora do quadro social.

3. EXISTE UMA AUTONOMIA INTELECTUAL?

Nada obstante do que fora exposto anteriormente, uma das indagações que se levanta é de que como o intelectual pode possuir autonomia dentro das concepções de sociedade se ele mesmo é um “produto” da sociedade? Neste diapasão, Gramsci trata sobre a autonomia do intelectual, figura que chegou a ser considerada por partidos comunistas como uma espécie de força autônoma, dissociada de sua camada social. Este estudioso sustenta que a autonomia do intelectual, ante as classes dominantes é impossível, e se tornaria inviável à medida que o intelectual obtivesse fama. Neste contexto, o intelectual é colocado como o “representante da hegemonia do grupo dominante”, que faria a ligação entre a superestrutura e a infra-estrutura.

Esta inter-relação entre superestrutura e infra-estrutura, gera para o intelectual a possibilidade revolucionária de se relacionar organicamente com a classe em ascensão (no caso mencionado, o proletariado revolucionário), rompendo com a sua posição tradicional, podendo essa relação orgânica se

efetuar com mais clareza em momentos de crise e questionamento de superestrutura.

Se antes era impossível a autonomia do intelectual tradicional diante da “hegemonia” também “tradicional”, agora, quando pensado o intelectual em sua relação orgânica com a classe proletária, essa autonomia deixa de existir, é uma nova orientação prática que se impõe historicamente aos intelectuais, através de uma ação organicamente orientada para a hegemonia do proletariado.

Desta forma, se unem de vez a relação nova e revolucionária, que liga os intelectuais aos proletários dentro do “bloco histórico”. Assim se manifesta Gramsci: “todo grupo social, ao mesmo tempo em que se constitui sobre a base original da função essencial que ele assume no campo da produção econômica, cria organicamente uma ou mais camadas intelectuais que lhe asseguram homogeneidade e consciência de sua própria função, não somente no setor econômico, mas também nos setores social e político... essas camadas intelectuais não surgem de forma abstrata, democrática, liberal etc., mas sim de relações concretas dentro do processo histórico de produção social. E será, na sua forma de se articular com a classe revolucionária (ou não), que poderá cumprir a sua “função de agentes da hegemonia”. Assim prossegue o pensador italiano: “O valor intrínseco da atividade intelectual, se é que existe, só tem razão de ser quando cumprida esta função, logo o intelectual pode estar se tornando o agente orgânico da reação, e, nesse caso, será necessário que os intelectuais orgânicos do proletariado sejam capazes de assimilá-lo, de conquistá-lo ideologicamente, ou que as alianças se tornem possíveis, mas que acima de tudo, a luta seja pela hegemonia do proletariado. No momento da crise do ‘bloco velho’, burguesia e proletariado disputam a

aliança dos intelectuais tradicionais, cuja adesão tornam-se possíveis e ocorre ‘espontaneamente’ nos momentos em que um grupo social determinado aparece como historicamente progressista, isto é, quando ele promove os interesses da sociedade como um todo, não somente satisfazendo suas exigências fundamentais, mas também ampliando progressivamente seus próprios quadros, através da conquista constante de novas esferas de atividades econômico-produtivas”⁵.

O que vale ressaltar aqui é a unidade indissociável entre ação e idéia, e que se torne constante a reflexão sobre o comportamento político de forma reflexa, e isto torna imprescindível a relação entre teoria e prática, que é o único caminho de se articular o proletariado e o intelectual dentro da classe.

4. QUAL A IMPORTÂNCIA DO INTELLECTUAL PARA OS DIAS DE HOJE?

Se porventura nos deparamos com uma sociedade complexa, em rede e dotada de uma séria de incógnitas que geram ansiedade e preocupação nas pessoas, o papel “daqueles que pensam” os contextos hodiernos elava de importância, justamente pelo fato de que só o conhecimento poderá ensejar um caminho para as soluções que se aguardam. Nisso o intelectual está visceralmente ligado, pois “o intelectual de hoje, se tem uma razão de ser, é na medida em que ele confirma e propaga diferenças”⁶. Diferenças, no sentido de se expor caminhos diferentes para os problemas que são embatidos.

⁵ *Apud* MACCIOCHI, Maria Antonietta. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1982.

⁶ KRISTEVA, Julia. *Cadernos de Opinião*, n. 1; 1977, p. 2.

Nesse sentido, há certa tendência em se trabalhar com a concepção do intelectual orgânico de Gramsci ou do intelectual engajado de Sartre, mas a demanda que se tem, passa por uma reformulação desta moral do engajamento, desta vontade de servir. Com isso, se faz indispensável à reavaliação da relação indivíduo-sociedade e, como corolário disso, a relação intelectual e o seu respectivo grupo social. Para se entender melhor o papel dos intelectuais hoje, seria preciso definir novos tipos de relações que unem o indivíduo aos grupos.

Apenas a ação incorporada ao cotidiano do intelectual, independente do viés político adotado, poderá levantar novas possibilidades prático-teoréticas de sociedades bem sucedidas. Há quem sustente que não existe uma solução total, capaz de resolver os problemas de todos os humanos, entretanto, o que se faz necessário, além disso, que não se fique apenas um uso retórico que visa ir além das crises individuais e desenvolvê-las para todos, para que um conjunto social se mantenha atento, à escuta daquilo que o corrói, que o ameaça. O que se torna salutar é que os intelectuais “de cada país levem em conta com plena consciência tanto as tarefas fundamentais, de princípio, da luta contra o oportunismo e o doutrinário ‘de esquerda’, como as particularidades concretas que esta luta adquire e deve adquirir inevitavelmente em cada país, de acordo com os aspectos originais de sua economia, sua política, sua cultura, sua composição racional...”⁷.

Por outro lado, surge a seguinte indagação: como se organizaria o intelectual preocupado com o seu papel de agente fundamental numa respectiva formação social?

⁷ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Ed. Símbolo; 1978, p. 15.

Mais uma vez recorremos ao pensamento de Gramsci que sustenta que a luta pela hegemonia não termina simplesmente com a tomada do poder, e a preparação operacional para a revolução; a natureza e a organização deste tipo de “exército” (o Partido) que levará à conquista é uma preocupação constante. O ponto fundamental do problema reside não na organização formal, mas na natureza da relação entre o Partido e a classe trabalhadora. Neste ponto é importante observar como o intelectual se situa nesta relação (Partido/trabalhadores). O Partido deve não apenas guiar, ensinar e representar o povo, mas também fundamentar-se em sua atividade mobilizada como classe. Os intelectuais num país como o Brasil, por exemplo, talvez vivam se perguntando sobre o seu papel e o seu lugar. A história está “acontecendo”, e ela não espera, como se ser sujeitos dela, quando ainda não podemos definir para que servem tais atores. No momento a classe trabalhadora está mostrando que nestes últimos anos de silêncio, desenvolveu os mecanismos capazes de criar seus intelectuais orgânicos, que estão em estreita relação com a política de hegemonia dos trabalhadores. E os intelectuais que se originam de outras classes?

Como se sabe, a maioria deles é de classe média. O que se indaga é se estão eles se relacionando de forma orgânica com a classe dominante, e neste caso, legitimam o sistema e defendem “o bloco histórico” para os poderosos, ou estão organicamente se relacionando com a classe trabalhadora?

A inter-relação intelectual-classe, não é uma elucubração, é algo tão concreto como a existência humana. E, por seu turno, seja esta relação o lugar que deva o intelectual não abrir mão, independente de sua origem, e sabendo que esta trará problemas e vícios que terão que ser resolvidos. Este lugar não é um lugar teórico, é um lugar concreto, palpável, capaz de

condicionar os instrumentos e o desenvolvimento da teoria. Não basta ser um bom teórico, se faz necessário, para se ocupar este lugar de destaque e fundamental importância, a dotação de uma “praxis” coerente com a luta de se fazer a promoção da justiça social.

Sintetizando o que fora exposto, urge não se esquecer que ação e idéia formam uma unidade indissociável. Não basta uma teoria qualificada, é preciso, sobretudo, a ação coerente com o discurso promovido pelos intelectuais, independente de suas raízes sociais.

PARTE II - O CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO – CEBRAP: DIÁLOGOS ENTRE O SABER E O PODER

5. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objeto de análise desta parte do trabalho é o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o CEBRAP. Esta instituição de pesquisa, indubitavelmente, detém certa singularidade nos meandros científicos (e, de forma reflexa, políticos) do Brasil, em razão de sua existência ter sido permeada pela forte inter-relação entre a ciência e a política.

Fundado no final da década de 60 e pólo irradiador de uma expressiva produção sociológica, “o CEBRAP se apresenta como um caso privilegiado de rica e complexa relação entre a produção científica e a vida social e política, seja por suas origens, por seu papel central nas ciências sociais durante o regime autoritário, pelos problemas que atravessou com o processo de democratização ou pelo próprio fascínio que seus principais intelectuais

exerceram sobre uma geração de jovens cientistas sociais nos anos 70. Neste sentido, respeitadas suas especificidades, o CEBRAP pode ser visto como um exemplo e uma metáfora das complexas relações entre intelectuais e política, entre saber e poder, entre conhecimento e democracia na sociedade brasileira”⁸. O fato é que o instituto se consolidou “com um perfil bem singular, delineando-se como um centro de reflexão teórica e pesquisas empíricas que dialogam com a conjuntura política, ou seja, os seus intelectuais têm sua legitimidade advinda do campo científico, mas gradativamente ganharão notoriedade também na esfera política”⁹.

O Centro traz em sua história a participação de muitas figuras da política (tanto da pensada como da exercida) brasileira contemporânea, ressaltando, também, que tais pessoas compuseram tanto o governo (incluindo até um presidente da República) como a oposição. Dentre eles podem ser citados: Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, José Serra, Celso Lafer, Goffredo da Silva Telles, Octavio Ianni, Paul Singer, Roberto Schwarz, Cândido Procópio Ferreira Camargo, Elza Berquó, Juarez Brandão Lopes, Francisco Weffort, Boris Fausto, Luis Werneck Vianna, Maria Herminia Tavares de Almeida

O envolvimento do Centro com a política se tornou tão intenso, que se chegou ao ponto de ocorrer, em meados da década de 90, um esvaziamento de seus quadros em razão de as pessoas que o compunham passarem a assumir funções diretas e indiretas do Estado, fato este que o leva à

⁸ SORJ, Bernardo. *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, p. 11.

⁹ BAPTISTA, Karina Aparecida. *O CEBRAP como centro de referência para as Ciências Sociais nos anos setenta*. 2009, 275 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, p. 30.

conscientização de que o CEBRAP havia assumido feições de uma escola de governo. Nesse contexto, registra a Instituição que “este processo terminou nos dando consciência de que, desde 1980, o CEBRAP tem funcionado como uma escola de governo, fornecendo muitos quadros para a administração pública. Orgulhamo-nos dessa tarefa da qual seria impossível suspeitar na época de nossa fundação”¹⁰.

Deste modo, pelo fato de as fundações partidárias terem como funções precípuas o estudo, a pesquisa, a doutrinação e a educação política, ou noutras palavras, a produção do conhecimento, o ensino e o seu diálogo com o poder, este centro se torna uma referência para o presente estudo justamente por que teve uma relação dessas intrinsecamente ligada à sua trajetória institucional e, com isso, permite-nos identificar se há ou não paradigmas ou exemplos para a atuação político-científica neste nível institucional. O que se visa é a busca por elementos que possam ensejar uma qualitativa atuação destas fundações que primam pela pesquisa e que têm como missão instituída em nosso ordenamento jurídico, precisamente, na Lei Orgânica dos Partidos Políticos¹¹, a educação dos quadros partidários para uma exitosa conquista do poder e a sua proveitosa utilização para toda a sociedade brasileira.

6. QUEM É O CEBRAP?

O Centro Brasileiro da Análise e Planejamento é uma instituição de pesquisa, sem fins lucrativos, que atua na área das ciências humanas.

¹⁰ Relatório de Atividades do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1995-1996, p. 6-7.

¹¹ Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1.995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

Profissionais de diversas áreas colaboram com suas atividades de estudos sobre a realidade brasileira: sociólogos, cientistas políticos, filósofos, economistas, antropólogos, demógrafos, advogados e historiadores. O Centro é composto pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM), que desenvolve pesquisas sobre a Região Metropolitana de São Paulo, e a Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR), dedicada à pesquisa nas áreas da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. Como veículo de divulgação de seus trabalhos, a instituição publica a cada quatro meses a revista *Novos Estudos*.

O CEBRAP foi fundado em 1969 por um grupo de professores universitários, alguns dos quais afastados das universidades por ação do governo militar. Desde então o foco principal da instituição tem sido a análise da realidade brasileira, através de pesquisas nos diversos ramos das ciências humanas. Os pesquisadores estão agrupados em áreas temáticas, cuja orientação científica geral emana da Câmara de Pesquisa. Há mais de vinte anos o CEBRAP publica a revista *Novos Estudos*, instrumento que se consolidou como uma referência em ciências humanas.

O Centro é apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no âmbito de seu programa Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID).

Com estas linhas gerais, dá-se a ideia inicial de quem é o Centro hodiernamente, e com isso, passamos nesta primeira parte a descrever alguns aspectos históricos de sua trajetória sempre com o fim de identificar algumas características (ou mesmo princípios) que possam se utilizados nas fundações partidárias.

7. O NASCIMENTO DE UM GRUPO DE ESTUDIOSOS

Inicialmente, o CEBRAP foi fundado por pessoas que tiveram sua carreira profissional iniciada na Universidade de São Paulo, precisamente, na Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Em razão dessa origem, e pelo fato de esta instituição de ensino ter recebido forte influência científica externa, o grupo trazia consigo fortes traços da pesquisa francesa para as Ciências Sociais.

Após o seu regresso da França, José Arthur Gioannotti¹² fomentou a ideia de se formar um grupo para realizar estudos rigorosos e sistemáticos de *O Capital*. Este grupo, em 1957, composto pelos estudiosos: Leôncio Martins Rodrigues, Roberto Schwarz, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Arthur Giannotti, Bento Prado Jr., Fernando Novais, Ruth Corrêa Leite Cardoso, Michel Levy, dentre outros.

Tal grupo se debruçou sobre a obra de Marx por um período de 03 anos, provocando um rigoroso debate sobre o que ali era exposto. Com isso, se gerou a realização de um evento conhecido como o “Seminário de Marx”, cuja consequência foi a de cristalizar a formação de um grupo de intelectuais que detinham uma identidade comum e uma marca de origem. A formação do grupo e a realização do seminário deram origem à ideia de criar o CEBRAP.

8. A CRIAÇÃO E A VIDA DO CEBRAP

¹² Foi professor titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Deparamo-nos com uma das peças principais do debate, a figura de Fernando Henrique Cardoso, que exilado no Chile até 1967, já havia dialogado com Carlos Estevam Martins e Vilmar Faria ideias sobre a possibilidade da formação de um centro de pesquisas dissociado da universidade. Com isso, com o seu regresso da França em 1968 e a sua posse na cátedra de Política na FFCL da USP, Fernando Henrique deflagra, na Faculdade de Higiene em São Paulo, juntamente com outros intelectuais, uma pauta de debates sobre a criação de um centro de pesquisas, não obstante, cômnicos das dificuldades que se deparariam dentro da universidade para o livre exercício da pesquisa acadêmica, em razão das ações tomadas pelo Regime Militar.

No final de 1968, ante a outorga do Ato Institucional nº 05, além das perseguições, ocorreram diversas aposentadorias compulsórias que atingiram professores da Universidade de São Paulo, precisamente em abril de 1969. Tal ação do Governo da época foi apenas o início do esvaziamento nas universidades públicas, chegando ao ponto, inclusive, de reduzir os recursos destinados a ela.

A união desses fatores fortaleceu a intenção da criar do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Deste modo, logo após as aposentadorias compulsórias dos docentes da USP, o projeto de um novo e autônomo centro de pesquisa, se concretizaria com o surgimento do CEBRAP.

De acordo com o relatório de atividades do Centro em 1974, considera-se que: “A experiência anterior de alguns dos fundadores da instituição tanto no campo universitário, nacional e internacional, como no trabalho vinculado a empresas de planejamento e a instituições internacionais do sistema das

Nações Unidas levava-os a almejar a criação de um centro de pesquisas que, guardando a qualidade do trabalho acadêmico, não se desligasse dos problemas imediatos que a sociedade enfrenta”¹³.

Faz-se salutar, portanto, apontar que a experiência e a característica adquirida pelo Centro, na década de 1970, talvez não tenha semelhança com qualquer outro grupo de intelectuais, haja a vista a significação que o Centro obteve tornando-se referência para as Ciências Sociais no Brasil e pelo fato de, mais adiante de sua trajetória, fornecer quadros para o Estado.

Diante deste contexto, precisamente em 03 de maio de 1969, nasce formalmente o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP, com o fim de instituir uma “sociedade civil, sem fins lucrativos destinada à realização e ao exercício de atividades técnico-científicas e profissionais”, conforme consta na ata de constituição do Centro¹⁴. Fruto do debate realizado por um determinado grupo de intelectuais, dentre eles: Fernando Henrique Cardoso, Vilmar Faria, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Elza Salvatori Berquó, José Arthur Giannotti, Paul Singer entre outros o CEBRAP, surge com uma proposta singular, enquanto instituição de pesquisa, tendo como projeto inicial o exercício em atividades de pesquisa, assistência técnica, consultoria, treinamento e ensino. Concomitantemente, conforme o primeiro relatório de atividades do Centro, que abraça o período de 01º de setembro de 1969 a 31 de maio de 1970, havia um conjunto de funções correlatas às funções do Centro, como: manter em atividade um Centro que pudesse aglutinar cientistas sociais; abrigar profissionais com formação e orientação intelectuais distintas e estimular o diálogo entre eles;

¹³ Relatório de Atividades do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1974, p. 1.

¹⁴ Anexo I – Ata de constituição e estatuto do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

criar condições para que as ciências sociais brasileira pudessem levar adiante projetos de pesquisa porventura interrompidos. Não somente estas funções seriam cumpridas, como também a presença do Centro no meio acadêmico interessado já se fazia sentir, nos primeiros nove meses de sua fundação (set/1969 maio/1970), por meio da realização de seminários, conferências e reuniões.

Ressalta-se que o Centro emerge com o propósito de aglutinar integrantes da academia, principalmente àqueles atingidos pelo Regime Militar, com o fim de se instituir uma referência de embate contra a ditadura. Nesse sentido, o CEBRAP torna-se um modelo para todos que se opunham ao Estado autoritário. Marcos Nobre sustenta que “neste contexto, o CEBRAP não foi apenas um centro de pesquisa e de reflexão, mas também um centro de referência do pensamento de oposição institucional, constituindo-se em elemento decisivo na formulação de diretrizes para o único partido de oposição consentido, o MDB, e transformou-se em importante pólo aglutinador nacional do pensamento de oposição”¹⁵.

Emerge na sociedade brasileira um aspecto importante da vida intelectual da época, que assinala para uma relação intrincada e fértil entre a produção científica e a conjuntura política, econômica e ideológica realizada no Regime Militar.

Praticamente, desde a sua criação, o CEBRAP contou com o financiamento gerado por organismos internacionais. No que tange às verbas recebidas, Milton Lahuerta sustenta que elas tinham as seguintes origens: “a princípio a Fundação Ford, nos primeiros três anos e meio, depois o Banco

¹⁵ *A Filosofia da USP sob a Ditadura Militar*. Revista Novos Estudos CEBRAP, nº. 53, mar., 1999, p. 144.

Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPESP”¹⁶.

Desde já vale ressaltar características basilares do Centro que nos remeterá a terceira parte deste estudo. Em suas pesquisas, abordam-se a relevância dos assuntos para a teoria e a prática das sociedades dependentes; a procura da liberdade criadora; e a consciência da responsabilidade intelectual dos autores. Temos aqui mais um indicativo da proposta inovadora do Centro e de um aspecto que as fundações partidárias devem se ater, primeiro de se dedicar austeramente à pesquisa e ao conhecimento da realidade brasileira e, também, no sentido de insistir no caráter interdisciplinar das análises formuladas, que inclusive fizeram o CEBRAP em uma figura singular.

Outro aspecto de fundamental importância é que a partir de 1972, surge a oportunidade do diálogo com um público amplo através de meios de comunicação de massa. Com isso, além do trabalho no Centro, seus pesquisadores começam a escrever para o Jornal *Opinião*, dirigido por Fernando Gasparian, que também surge como alternativa à participação nos debates pelos acadêmicos cassados. Os textos abordavam assuntos referentes à redistribuição de renda, ao modelo político brasileiro, ao crescimento populacional, à questão democrática, à questão da dependência, às interpretações sobre a estagnação do modelo de desenvolvimento, ao Estado burocrático etc.

Neste contexto, a atuação deles junto ao Jornal *Opinião* foi de fundamental importância ao ensejar a comunicação entre os intelectuais e os

¹⁶ *Intelectuais e Transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: p. 131 (Tese de doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo.

partidos políticos, bem como a passagem de determinados intelectuais para a esfera política. Com essa contribuição muitos intelectuais embarcaram, definitivamente, na vida política.

Este aspecto da intelectualidade brasileira durante o Regime Militar, inserido neste contexto, promoveu uma transformação das forças sociais em forças políticas, cujos representantes seriam os intelectuais que passam a mediar os interesses tanto de setores burgueses quanto das camadas populares. Estes intelectuais receberam a qualificação de “protagonistas na luta pela liberalização”, ao assumirem a representação no conjunto da sociedade civil, e acrescenta: “embora desistam de inventar grandes mitos unificadores para garantir a consolidação da nação, elaboram uma nova simbologia política à medida que vão reabilitando a democracia. Sua coesão e evidência, adquiridas muitas vezes com apoio no Estado, passam a ser mantidas contra o Estado, mas ainda com frequência em contato com ele”¹⁷. Essa característica do intelectual como político começa se explicitar a partir de 1974 ao inserir-se no conjunto das manifestações da sociedade civil, pois é nesse período que se iniciam os primeiros contatos entre membros do CEBRAP com o Movimento Democrático Brasileiro. Da mesma forma, a Igreja também estabelece parceria com o Centro, quando lhe solicita, através da Arquidiocese de São Paulo, uma pesquisa sobre pobreza e marginalidade. Consta do relatório do Centro: “Como indicação de formas renovadas de relacionamento institucional, o CEBRAP estabeleceu, em 1974, contrato com a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, comprometendo-se a elaborar estudo sócio-econômico sobre a área da

¹⁷ PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 196.

Grande São Paulo e que servirá de subsídio para a programação da Pastoral da Arquidiocese”¹⁸.

No ano seguinte, o Centro se consolidará como entidade científica de reconhecido nível nacional e internacional, passando a contar com o apoio de outras instituições para suas pesquisas, como: o CELADE (Centro Latino-Americano de Demografia), a Fundação *Dag Hammarskjöld*, a *Interamerican Foundation*, e o ILPES (Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social). Constatou-se, deste modo que “está se colhendo agora frutos de um trabalho que não apenas partiu de colocações inovadoras, mas soube persistir até cumprir o que se havia proposto”¹⁹.

De qualquer maneira, o CEBRAP sempre ampliou sua participação na vida intelectual do país, trazendo para o debate problemas de diversas áreas do conhecimento, sempre ligados à economia, à política e à sociedade, que somadas com a constante preocupação teórica e metodológica, acabariam por se constituir no “eixo central da vocação cultural” proporcionada por seus integrantes. Vale lembrar que o enfoque do Centro voltou-se para a renovação cultural por meio de um trabalho interdisciplinar.

Outro aspecto relevante da trajetória do CEBRAP foi a realização de reuniões denominadas de “Mesão”, fundamental para manter a comunicação e para incentivar o debate entre os pesquisadores de áreas distintas. O “Mesão”, que pouco a pouco ganhou prestígio na comunidade acadêmica, era uma mesa de debates, com a finalidade de aprovar os trabalhos desenvolvidos por seus integrantes. Todo trabalho deveria ser apresentado no “Mesão” para debate e seus expositores tinham a obrigação moral de

¹⁸ Relatório de Atividades do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1974, p. 2.

¹⁹ Relatório de Atividades do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1975, p. 2.

considerar as críticas, sugestões, reparos feitos durante o debate. Sobre a dinâmica do Mesão: “O ‘Mesão’ reúne-se sempre que convocado pelo professor José Arthur Giannotti, a quem os pesquisadores interessados na apresentação dos seus trabalhos devem dirigir-se, distribuindo-se antecipadamente os textos e documentos objeto de discussão. Sua mecânica de realização é informal, designando-se na hora um coordenador dos debates e, em alguns casos, relatores especiais, para enfocar as discussões sobre os aspectos mais fundamentais”²⁰.

Assim, alguns temas tiveram maior dedicação dos intelectuais da instituição. Dentre os que tiveram mais relevância, destacam-se os que fizeram frente à estagnação, ao dualismo e às teses que organizavam a cultura política hegemônica nos anos 50 e 60.

Em suma, a intelectualidade reunida no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, no decorrer dos anos de 1970, na definição de sua agenda de pesquisa e dos temas e interlocutores que escolheram para criticar, contribuíram, simultaneamente, para a renovação da agenda de pesquisa das ciências sociais nas décadas seguintes e também para se legitimar como representantes em geral da sociedade civil em luta contra o regime militar. Num certo sentido, a partir de uma pauta acadêmica fizeram sua inserção pelo campo político, impulsionada inclusive pela escolha de temas que valorizavam o “concreto”, “o particular”, “a conjuntura”, a “prática”, concebendo assim a política como estando unida à prática e ao conhecimento como componentes da realidade. Neste passo, efetivou-se um “novo encontro com a palavra *intelligentsia*, reivindicada pelos pensadores dos anos 30 e pelos ideólogos de 1950. Mas é verdade que, após 1974, os intelectuais

²⁰ Relatório de Atividades do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1974, p. 22.

assumem o aspecto de um ator político, participando integralmente das interações com outros atores políticos, sem ignorar as reivindicações corporativistas, mas inserindo-as no conjunto das manifestações da sociedade civil”²¹. O resultado, dentre outros, seria a construção de um debate intelectual em contato direto com a conjuntura e que, ao fim, se tornou uma forma de intervenção política.

E assim, no final da década de 70, parte de seus intelectuais dirigiram-se para atuação política: Fernando Henrique Cardoso se candidata a senador por uma sublegenda do Movimento Democrático Brasileiro, outros pesquisadores do CEBRAP ingressariam na esfera técnico-política, como foi o caso de Paul Singer, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort, Juarez Brandão Lopes, José Serra, Vilmar Faria, Bolívar Lamounier e Carlos Estevam Martins, que acabaram por definir uma trajetória entrelaçada entre a academia e a política.

Por derradeiro, o que se pode assimilar com essa trajetória não foi apenas a constituição de um notável centro de pesquisas, mas também um pólo irradiador de ideias políticas oposicionistas. Deste modo, acabamos por desembocar num campo que se refere à batalha das idéias alicerçadas nas instituições, através das quais as ideias tomam corpo, notadamente durante a década de setenta, ante a missão que o intelectual começa a se impor diante da conjuntura nacional sob a égide do Governo Militar e da luta pela construção da democracia brasileira.

PARTE III - UMA INSTITUIÇÃO CONSTRUTORA DO PENSAMENTO POLÍTICO: A FUNDAÇÃO PARTIDÁRIA

²¹ *Idem*, p. 300.

9. UMA DEMOCRACIA SEM CIDADÃOS: O CASO ALEMÃO

A Constituição Alemã de Weimar foi um marco na evolução do Estado Democrático de Direito pelas suas inovações, notadamente no que é atinente à legislação social e econômica, e também, por fixar normas voltadas ao aprimoramento do sistema representativo. No entanto, mesmo imbuído de bons propósitos, o regime político alemão da década de 1920 foi o que ensejou a implantação do nazi-facismo. A indagação que se suscita é: como foi possível que uma Constituição pioneira da democracia contemporânea, em país de cultura exemplar, tenha se tornado pela maioria da população em letra morta, e como consequência, não tenha convencido os seus cidadãos? Em extensa e relevante bibliografia, constata-se uma das principais razões dessa tragédia política de nosso tempo tenha sido, como foi dito, que “Weimar foi uma democracia sem democratas”.

O que se extrai da experiência de Weimar é que a democracia para existir de fato, e não somente como procedimento formal, tem que estar viva na convicção dos indivíduos em valores básicos, como o respeito pelas diferenças, a realização de eleições periódicas, a continuidade do processo político, independente de êxitos econômicos, e mesmo em períodos de dificuldades econômicas e sociais. A lição dada pela sociedade alemã em Weimar é no sentido de que suas consequências é a de que para a democracia é um regime onde todos devem ser políticos, e não somente os políticos profissionais.

A Alemanha, após 1945, tem sido um laboratório de construção de um regime democrático moderno, tirando ensinamentos de seus graves erros do

passado. Merece destaque a ideia de dotar, com financiamento público e regular, cada partido com uma fundação destinada aos seguintes objetivos: a) oferecer educação política; b) promover a pesquisa e organizar a documentação da história e evolução da corrente ideológica que defende; c) apoiar a integração européia e colaborar para o entendimento internacional, inclusive dando suporte moral e assistência material a democratas que estejam sofrendo perseguição política. d) divulgar os resultados de seus trabalhos. e) servirem de “refúgios” dignos e momentâneos para quadros partidários que sofreram eventuais reveses eleitorais.

A avaliação da proposta alemão, em seus quase 50 anos de experiência, revelou-se bastante positiva, fato que sem dúvida inspirou os legisladores brasileiros a proporem a criação de fundações e institutos de formação política.

10. O BRASIL E OS SEUS CONTRASTES

Segundo estudos da OCDE, o Brasil foi o país que no século XX que apresentou a maior taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, superando as nações denominadas desenvolvidas. No entanto, se pelo viés econômico os resultados foram relevantes, o mesmo não se pode dizer do lado político-institucional. O século XX brasileiro foi marcado pela oscilação entre o autoritarismo e a democracia, e também pela dificuldade de se implantar um estável sistema político democrático moderno.

Neste sentido, existem quatro pontos fulcrais para a efetivação de um sistema democrático, quais sejam: o sistema partidário; o sistema eleitoral; a cultura política; os grupos de pressão. Destes quatros a cultura

política é aquela que está relacionada mais diretamente à infra-estrutura do sistema político democrático. Neste diapasão, a educação política é a chave para a consolidação dos regimes democráticos, notadamente em casos como o do Brasil, onde ainda subsistem traços de uma cultura política autoritária e de uma prática personalista e patrimonialista na vida pública.

Atualmente, tem-se o debate sobre a reforma política no Congresso brasileiro, cujo mote principal é o de aperfeiçoamento dos sistemas partidário e eleitoral. O propósito dessa parte do trabalho é o de chamar a atenção para uma nova e positiva realidade no quadro político brasileiro, qual seja o das fundações e institutos partidários, que trabalham na construção da infra-estrutura do regime democrático. A visão das atividades desenvolvidas por essas entidades mostra que há um potencial a ser explorado.

Otávio Mangabeira, destacado político brasileiro dos anos 40 e 50, costumava dizer que “a democracia no Brasil é uma plantinha muito tenra” que necessita de cuidados intensos e permanentes para resistir às intempéries. Às necessárias atenções com a melhora do sistema partidário e do sistema eleitoral devem se somar a igual prioridade com a elevação do nível da cultura política.

11. A INSTITUIÇÃO PARA O PENSAMENTO POLÍTICO

As fundações e institutos partidários brasileiros, considerando a qualidade de algumas de suas iniciativas, o fluxo de recursos financeiros legais regulares e certo volume de suas atividades nos últimos anos, tem se firmado como um novo e relevante elemento no sistema político nacional. Tal fato já foi observado, entre outros, por destacados políticos, como o Vice-

Presidente da República e um dos líderes do Partido da Frente Liberal (PFL) Marco Maciel. Tal realidade expressaria uma terceira fase no atual processo de desenvolvimento dos partidos políticos, iniciado em 1985, com o fim do ciclo dos governos militares. A primeira fase seria a da criação e constituição formal dos partidos, a segunda a da consolidação mínima, e a terceira, ora em progresso, a da expansão e formação de quadros e sua militância.

Previstos na lei desde 1976, as fundações e institutos partidários passaram por diferentes etapas, marcadas pela descontinuidade em seus programas, e pela incerteza de recursos. A Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976, trouxe nova redação ao artigo 118 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei número 65.682, de 21 de julho de 1971)²².

Desde a década de 70 do século passado, os institutos e fundações partidárias no Brasil, são previstos no ordenamento jurídico brasileiro, sendo que na Lei orgânica dos partidos políticos de 1971, não previa como função do partido político a promoção de sua doutrinação política através destes

²² Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976: Artigo 118 – Os partidos terão função permanente através: Inciso V – da criação e manutenção de institutos de doutrinação e educação política destinado a formar, renovar e aperfeiçoar quadros e lideranças partidárias. A nova Lei dos Partidos (Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995), dispõe: Artigo 44 – Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados: IV – na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e doutrinação e educação política, sendo esta aplicação de, no mínimo, vinte por cento do total recebido. Artigo 53 – A fundação ou instituto de direito privado, criado por partido político, destinado ao estudo e pesquisa, à doutrinação e à educação política, rege-se pelas normas da lei civil e tem autonomia para contratar com instituições públicas ou privadas, prestar serviços e manter estabelecimentos de acordo com suas finalidades, podendo, ainda, manter intercâmbio com instituições não-nacionais.

organismos. Assistindo esta necessidade, foi que em 1.º de julho de 1976, foi publicada através da Lei número 6.339, a seguinte mudança:

Outro importante marco legal, foi que depois do ano de 2002, com a implementação do novo código civil, os institutos ou fundações, tiveram que se adequar a uma nova postura e uma nova determinação do Tribunal Superior Eleitoral. Foi quando o TSE decidiu através da Resolução de número 22.121 de 1º de dezembro de 2005, que as entidades mantidas pelos partidos políticos, voltadas para pesquisa, doutrinação e educação política, que foram criados sob a forma de institutos, associação ou sociedade civil, deveriam ser convertidos em fundações, haja vista que o Código Civil que trouxe uma tratativa diferenciada às fundações de outras entidades e a lei então em voga era indiferente sobre o tema. Neste sentido, foi que depois desta resolução do digno tribunal, os partidos políticos somente poderiam manter fundações e não mais institutos, e ainda: o partido político somente poderia manter uma única fundação. Esta resolução é algo de apreciação atualmente, pois há uma demanda por parte dos partidos políticos no tocante a um maior reconhecimento das fundações, como por exemplo, que reconheça o caráter especial das fundações, fazendo uma diferenciação legal das demais instituições presentes no Código civil e que as fundações possam ser vinculadas aos objetivos do partido instituidor. Visto isto, é tamanha a importância que toma as fundações partidárias nos dias de hoje, que somente no ano de 2008, no Brasil, estão destinadas a elas, via Fundo Partidário, mais de R\$ 27 Milhões. Com o modelo capitalista imperante em nossa sociedade, é notório ressaltar que a relação entre dinheiro e política é relevante para a estabilidade do regime político (2). O aporte financeiro que é destinado pelos partidos políticos através do Fundo Partidário é vital para a existência destas

fundações. O modo de distribuição destes valores se dá através do método referente à força eleitoral e a representação parlamentar que cada partido político possui no Congresso Nacional. Porém, a importância destas entidades não está concentrada somente no que a elas são destinadas monetariamente, mas sim, do importante papel que elas possuem na propagação dos valores democráticos, dos programas partidários e também da educação política no Brasil.

Conforme estabelecido nos dispositivos legais, no mínimo vinte por cento do Fundo Partidário tem que ser aplicado nas atividades das fundações e institutos partidários.

12. AS FUNDAÇÕES PARTIDÁRIAS BRASILEIRAS

Os seis maiores partidos brasileiros com representação no Congresso Nacional organizaram a fundação ou instituto previsto na legislação federal. Assim sendo, existem hoje no Brasil as seguintes entidades vinculadas às agremiações partidárias majoritárias: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB): Instituto Teotônio Vilela; Partido dos Trabalhadores (PT): Fundação Perseu Abramo; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB): Fundação Ulysses Guimarães (anteriormente, denominada de Fundação Pedroso Horta); Partido Progressista Brasileiro (PPB): Fundação Milton Campos; Partido Democrático Trabalhista (PDT): Fundação Alberto Pasqualini. Merecem, também, ser citadas outras agremiações partidárias com assento no Parlamento: Partido Progressista Socialista (PPS): Fundação Astrogildo Pereira; Partido Socialista Brasileiro (PSB): Fundação João

Mangabeira; Partido Comunista do Brasil (PC do B): Instituto Maurício Grabois; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): Instituto Getúlio Vargas.

13. AS FUNDAÇÕES COMO ÓRGÃOS PARTIDÁRIOS ESSENCIAIS

A participação do homem na consolidação de um Estado ou sociedade política dá-se ao fato da sua presença nas tomadas de decisões, nos encaminhamentos e na escolha de representantes que possam servir bem à sociedade. Com este contexto é que a ação é de caráter construtivo, ou associativo com outras vontades, faz do homem procurar iguais para que possam construir um pensamento e conquistar o poder conjuntamente.

Com isso visualiza Max Weber: “o partido político é uma associação... que visa a um fim deliberado, seja ele ‘objetivo’ com a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja ‘pessoal’, isto é, destinado a obter benefícios, poder e conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente”. E para isso, os partidos políticos, dentro de suas funções questionam os problemas da sociedade, fazem o papel de investigador por muitas vezes e se colocam como um grande aliado do homem na democracia. Esses, por sua vez, transmitem o questionamento político para que as decisões sejam tomadas de acordo com a vontade e necessidade da sociedade. Além disso, participam ativamente do processo político, das organizações das eleições, nomeações para cargos públicos e competem entre si pela disputa do poder e pelo direito de governar. Nesse sentido é que se começa a proposta deste estudo. Como os partidos políticos fazem para ascender ao poder, conquistar cadeiras em

um dado parlamento e ganhar uma eleição? É certo que para isso, cada uma dessas associações políticas tem suas estratégias de ações e de convencimento, entretanto, dentro dos partidos políticos, em grande parte, existem organismos de capacitação e formação ideológica que auxiliam o estudo de bases programáticas, filosóficas e que atuam em conjunto com a proposta da agremiação que os mantém. Esses órgãos, denominados Fundações Partidárias, nascem da necessidade do envolvimento com a sociedade civil em geral, da participação em debates de temas contemporâneos, de estudos acadêmicos e principalmente, em quebrar os obstáculos que os partidos políticos possuem no que concerne à aceitação pelos diferentes segmentos da sociedade.

Deve as fundações discutir a democracia, a história dos partidos políticos, os ideais de liberdade do homem, soberania nacional, economia, direitos humanos, e, sobretudo, a preparação de novas lideranças políticas que serão no futuro próximo, porta-vozes de suas ideias.

Constituem hoje, um importante enlace entre cidadãos e os partidos políticos. O viés ideológico de cada fundação está atrelado ao posicionamento que seu mantenedor respira. Ademais, é certo o debate que se tem sobre a vinculação ou não destas entidades com seus partidos. O trabalho destas fundações partidárias por muitas das vezes não se restringe somente às ações internas. Busca-se cada vez mais a ajuda e apoio de organismos internacionais alinhados à corrente ideológica que representam. A título de exemplo, desde o fim da segunda guerra mundial, visando ‘reparar’ os erros políticos do passado, a Alemanha tem sido um laboratório de construção de um regime democrático. Em sua nova constituição, está inserida a “cláusula construtiva”. Esta cláusula traz a possibilidade de dotar

de financiamento público às fundações dos partidos políticos que trabalham com os objetivos de desenvolver a educação política, que promovam a pesquisa ideológica, assim como o arquivo histórico de suas atividades, que apoiem a integração européia e que sirvam de suporte para propagar os valores democráticos em todo o mundo, onde até mesmo, servindo de “refúgios dignos e momentâneos para quadros de partidos que sofrem ou sofreram reveses eleitorais ou perseguições políticas em seus países. Atualmente, todas as grandes fundações alemãs possuem escritório de representação no Brasil, interagindo com suas parceiras brasileiras, destinando espaço de intercâmbio institucional, material de divulgação e financiamento de ações em conjunto. Outra forma das fundações partidárias se relacionarem é a filiação tanto delas como do partido político às redes políticas internacionais, tais como: Liberal Internacional, Internacional Socialista, Internacional Democrática de Centro, dentre outras. Isto faz com que as ações das fundações políticas brasileiras extrapolem suas atividades, bem como é uma grande oportunidade de prestação de contas de suas atividades para a propagação e afirmação da democracia no Brasil. As fundações dos partidos políticos brasileiros, devem trabalhar para que o respeito pelas diferenças, a liberdade, a continuidade do processo de escolha dos governantes possam superar as ideologias e os interesse sagaz pelo poder. Dada esta importância, as fundações para a educação e doutrinação política se apresentam como um novo elemento do sistema político brasileiro, tendo na cultura política o alicerce, a infra-estrutura do sistema político democrático.

O Poder, para que possa ser exercido, não despreza a força e tem na crença seu principal elemento de dominação. Contudo, para que haja crença é

necessário que os governados aceitem como legítimos os detentores do Poder. Essa crença intrínseca ao Poder atua como algo mágico e significa simplesmente o prevalecimento de uma vontade superior sobre a vontade dos demais.

Ainda há uma mostra de inquietação da sociedade por um regime que possa trazer respostas claras aos seus anseios. O enfraquecimento das instituições permite, por exemplo, que a essência do regime democrático seja objeto de profundo questionamento. O cidadão percebe que a ideia de democracia não está associada à sua realidade e que esse descompasso existe por manifesta ausência de comprometimento da classe dirigente. Portanto, o próprio regime democrático, considerado o menos pior, ainda está longe de trazer paz social.

Nada obstante, não se pode desconhecer o espírito gregário do ser humano, que sempre prevalece como uma alternativa para transformar o mundo. Neste contexto, merece ser considerada a instituição partido político, que nasce em razão do Poder, com o objetivo de representar um sentimento coletivo.

Ao longo de nossa história pátria, os partidos políticos sempre encontraram obstáculos, no que concerne à aceitação, pelos mais diferentes segmentos da sociedade. No passado, ser "partidista" tinha conotação pejorativa, uma vez que a ideia que prevalecia era ver o partido como uma simples facção.

No Brasil de hoje, a instituição partido político ainda não tem a devida aceitação no seio social, apesar do legislador constituinte ter inserido na Carta Magna disposições que incentivam o surgimento dessas associações. Ser "petista", por exemplo, muita das vezes é sinal de discriminação que, em

alguns momentos, é incentivada pela própria classe dirigente. Além disso, os integrantes das agremiações pouco conhecem dos seus objetivos, o que induz o cidadão comum a pensar que o partido só tem utilidade no período eleitoral.

Mesmo vivendo-se em uma democracia questionada por pessoas que aspiram à cidadania, os partidos políticos não podem ser desprezados. O pluripartidarismo é um óbice ao surgimento de regimes ditatoriais, que acabam gerando mais frustração à sociedade. É mister que se entenda o partido político como instrumento de transformação social, afastando-se a ideia nociva de que ele serve apenas para o momento específico de eleição. O partido político é uma instituição permanente, cabendo-lhe zelar pelos destinos da nação, estimulando os cidadãos a uma crença no regime democrático. E para que possam melhor difundir ideias supra-partidárias, as agremiações podem criar fundações cujas finalidades não devem ser confundidas com as do instituidor. As fundações criadas pelos partidos políticos são autônomas em relação a seus instituidores, inclusive devendo-se evitar que filiados que ocupam funções executivas nos órgãos partidários também sejam dirigentes fundacionais.

A entidade fundacional não pode ser utilizada para fins político-partidários. Cabe à fundação, se houver previsão estatutária, discutir democracia, a história dos partidos políticos, os ideais de liberdade do homem, soberania nacional, direitos humanos, a preparação de líderes, ou outros temas que possam estimular o crescimento do Terceiro Setor. É dever da fundação preparar os quadros para pensar os destinos da pátria. Jamais as fundações devem ser instrumento de assessoria partidária ou até mesmo servirem para induzir a vontade popular.

Ao dirigente fundacional impõe-se a tarefa de distinguir a ação partidária dos fins da fundação, para que se perceba que as atividades da entidade não se restringem a interesses de grupos ou de pessoas que não estão comprometidas com o interesse social. Compreender a natureza jurídica das fundações é o sustentáculo de sua existência, cujo cerne é gerar benefício à sociedade e, se assim não ocorrer, justifica-se a sua extinção.

CONCLUSÃO

As fundações partidárias têm a missão de educar os quadros políticos da sua respectiva agremiação. Mas a indagação que se faz é que tipo de educação? Para qual finalidade? Observamos no transcurso deste estudo que o intelectual é aquele que tem conhecimento e “arregaça as mangas” para o trabalho político e social. Indubitavelmente, é desse tipo de pessoas que o contexto brasileiro urge. No entanto, buscamos assimilar princípios que pudessem aparelhar as atividades das instituições que tem a responsabilidade de formar as lideranças políticas, que segundo a concepção exposta, possuem o dever de conhecer a realidade brasileira e a necessidade de mergulhar no trabalho para as devidas soluções.

Neste diapasão recorreremos à trajetória do CEBRAP, instituição que foi criada com a finalidade de realizar pesquisas, cuja trajetória foi permeada de participação política. Tendo, inclusive, uma das suas principais figuras alçado o cargo mais importante da nação, qual seja, a presidência da República.

Assim, a hipótese lançada alhures, de que o conhecimento é o principal instrumento para o embate do contexto político e social desfavorável, se faz pertinente, em razão de se observar que tal centro de pesquisa deve atribuir seu sucesso, principalmente, ao fato de ter em seus quadros pessoas notoriamente dotadas de conhecimento. O CEBRAP não chegou ao patamar de uma escola de governo na década de 80 por sua grande popularidade, mas, por outro lado, foi pela constante intervenção de seus quadros nos debates políticos. E pela reconhecida participação qualitativa de seus integrantes.

Nada obstante a isto, deve-se ressaltar também que seus membros já eram pessoas formadas, possuindo, sobretudo, pós-graduação *stricto sensu*. Isso, sem dúvida alguma, foi a principal força para o sucesso da entidade estudada. Aqui não se quer salientar que a formação acadêmica é o apanágio para todos os males. Mas, uma formação sólida calcada na construção do conhecimento regada de interdisciplinaridade é capaz de formar melhor os líderes que ocuparão os postos estratégicos do Estado.

Diante do exposto, o que se analisou foi que de fato as fundações partidárias devem se tornar verdadeiras universidades da Política, formando quadros que tenham passado por um robusto processo de construção de conhecimento, e ao mesmo tempo, tenham como característica a conduta voltada à solução dos problemas políticos e sociais que do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

BAPTISTA, Karina Aparecida. *O CEBRAP como centro de referência para as Ciências Sociais nos anos setenta*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, 2009, 275 p.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12ª edição. Brasília: UNB, 2004.

BRASIL. Legislação. Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976. Dá nova redação ao artigo 250 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, alterado pelo artigo 50, da Lei número 4.961, de 4 de maio de 1966, e ao artigo 118 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971.

BRASIL. Legislação. Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995, Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1981.

KRISTEVA, Julia. Cadernos de Opinião, n. 1; 1977.

LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e Transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: 271 p. (Tese de doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Ed. Símbolo; 1978.

MACCIOCCHI, Maria Antonietta. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra; 1982.

MORIN, Edgar. *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

NOBRE, Marcos. *A Filosofia da USP sob a Ditadura Militar*. Revista Novos Estudos CEBRAP, n.53, mar., 1999, p. 137-150.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

Relatório de Atividades do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1995-1996.

Relatório de Atividades do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1974.

Relatório de Atividades do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1975.

Relatório de Atividades do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1974.

SORJ, Bernardo. *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.